

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE  
ECONOMIA

# RELATÓRIO E PARECER

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14/XIII  
MEDIDAS DE INCENTIVO À FORMAÇÃO E À DESCARBONIZAÇÃO NO SETOR DO TÁXI

JANEIRO DE 2025



## INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Economia procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer sobre o **Projeto de Resolução n.º 14/XIII** – “Medidas de incentivo à formação e à descarbonização no setor do táxi”.

A presente iniciativa, subscrita pelo Grupo Parlamentar do PS, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 11 de setembro de 2024, tendo sido enviada, na mesma data, à Comissão Especializada Permanente de Economia, por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa.

### CAPÍTULO I

#### ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apresentação do presente projeto de resolução, emanada pelo Grupo Parlamentar do PS, decorre da faculdade legal atribuída aos Deputados, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 9/87, de 26 de março, 61/98, de 27 de agosto, e 2/2009, de 12 de janeiro), em conjugação com o disposto no artigo 114.º e no n.º 1 do artigo 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, alterada pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de janeiro).

A iniciativa legislativa em análise cumpre todos os requisitos exigidos pelo artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o qual é aplicável por remissão do artigo 145.º do mesmo diploma.

Nos termos do disposto na alínea a) do artigo 42.º do Regimento, compete em razão da matéria, à respetiva comissão especializada permanente, apreciar a iniciativa e elaborar o correspondente relatório.

Considerando que a matéria da presente iniciativa incide sobre *transportes*, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Economia, nos termos do artigo 5.º da



Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

## CAPÍTULO II

### APRECIÇÃO NA GENERALIDADE

A iniciativa legislativa em apreciação pretende que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que: «1. Comparticpe em 50% os gastos referentes ao curso de formação inicial para motorista de táxi; 2. Proceda à redução das taxas aplicáveis aos motoristas de táxi, previstas no ponto V – Transporte em táxi, do anexo da Portaria n.º 35/2024, de 27 de junho de 2024; 3. Reforce e desburocratize os incentivos financeiros existentes no âmbito da mobilidade elétrica, bem como disponibilize pontos de carregamento para veículos elétricos nas praças de táxis dos concelhos do arquipélago dos Açores; 4. Diligencie uma campanha de sensibilização e esclarecimento relativa aos benefícios da utilização de veículos menos poluentes e mais sustentáveis.»

Na exposição de motivos que fundamenta a apresentação da presente iniciativa, o proponente refere que «Considerando a importância do serviço público de transporte de passageiros em táxis e a necessidade de cativar novos profissionais para esta atividade;

Considerando que o táxi é considerado, por muitos, como o meio de transporte mais seguro e descomplicado para se utilizar nas cidades e centros urbanos;

Considerando que o serviço público de transporte de passageiros em táxis faz parte da nossa cultura e identidade;

Considerando que é essencial trabalhar para a garantia de uma oferta de mobilidade eficiente, fiável e altamente profissional;

Considerando que a formação, como um fator essencial e imprescindível no contexto da solidificação de uma imagem que se pretende caracterizada e aliada a um serviço de qualidade e de excelência, deve ser de livre acesso a todos e não promover desigualdades;

Considerando que o serviço público de transporte de passageiros em táxi desempenha um importante papel na nossa economia, mas também para os residentes que muitas vezes vivem em



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

zonas mal servidas por transportes públicos e que, por vezes, não têm viatura própria ou têm dificuldades de mobilidade;

Considerando que o modelo de desenvolvimento da nossa Região tem de assentar na descarbonização, até porque o acesso a fundos comunitários assim o exige;

Considerando que uma ineficiente, negligente e atrasada ação para a transição energética exerce consequências severas para o desenvolvimento socioeconómico e para as alterações climáticas;

Considerando que a modernização do serviço público de transporte de passageiros em táxi como uma estratégia de melhoria do transporte público e de promoção de um conceito de mobilidade sustentável é essencial;

Considerando que, à data de maio do corrente ano, apenas 1,2% dos veículos licenciados, e que integram a frota de táxis nacional, são 100% elétricos;

Considerando que a dotação orçamental do governo dos Açores para apoiar os profissionais de táxi para a substituição da viatura a combustão por uma viatura 100% elétrica é baixa e desadequada à necessidade real;

Considerando que o número atual de pontos públicos de carregamento para veículos elétricos nos Açores é de 65 e que, deste total, somente 20 se encontram instalados na ilha de São Miguel, a mais populosa e com o maior número de viaturas;

Considerando, por fim, que a rede atual de pontos públicos de carregamento é insuficiente para estimular a compra de viaturas elétricas e para permitir a eletrificação da frota dos táxis.»

### CAPÍTULO III

#### ANÁLISE E DILIGÊNCIAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 19 de setembro de 2024, esta deliberou ouvir, presencialmente e/ ou com recursos a meios telemáticos, o membro do Governo Regional com competência na matéria, a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, a AMRAA - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, a EDA – Eletricidade dos Açores, S. A., e as Associações de Táxis dos Açores. Quanto a esta última, deliberou a Comissão possibilitar que, ao



invés de audição presencial, as referidas associações, caso assim o entendessem, emitissem parecer escrito.

De referir que a Comissão rececionou pareceres escritos da ATSJ – Associação de Táxis de São Jorge e da Táxis Pico – Associação de Taxistas Ilha do Pico, os quais se encontram anexos ao presente relatório e que dele fazem parte integrante.

**Da Audição da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, ocorrida a 30 de setembro de 2024:**

Em representação da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, o Professor Doutor Mário Fortuna inicia a sua intervenção inicial esclarecendo que a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores se encontra disponível para contribuir para esta temática, clarificando que se encontra a favor desta iniciativa uma vez que vai ao encontro de uma problemática importante que é a de melhorar os serviços de transporte com condutor nos Açores. Continua a sua intervenção inicial referindo que, além da descarbonização e do incentivo à existência de viaturas elétricas, acrescentaria a componente digital nomeadamente na valência da comunicação, nos meios de pagamento e nos meios de controlo do serviço.

Refere ainda que o setor dos táxis tem ficado de fora dos sistemas de apoio governamentais, nomeadamente o PRR e PO, não estando assim coberto de incentivos que propiciem a sua modernização, rematando que a modernização deste setor é fundamental porque o transporte de turistas ou dos visitantes quando estão deslocados é fundamental, sendo para isso necessário procedimentos e equipamentos modernos.

Conclui a sua intervenção inicial referindo que este setor necessita de ser objeto de análise e tratamento, bem como alguns apoios para a sua modernização de forma que acompanhe o resto da modernização que está a acontecer nos Açores.

Terminada a intervenção inicial pelo Professor Doutor Mário Fortuna, dá-se início à primeira ronda de questões, tomando da palavra em primeira instância, o Deputado Francisco Gaspar (PSD) questionando sobre qual a perceção da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores sobre a viabilidade económica de uma transição de setor do táxi para veículos elétricos e híbridos e quais as medidas de apoio que poderiam ser recomendadas. Questiona ainda como pode a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores colaborar na criação de programas de financiamento público privado que apoia na aquisição de veículos elétricos ou híbridos no setor do táxi.



Em resposta, o Professor Doutor Mário Fortuna inicia a sua intervenção manifestando a sua concordância com a viabilidade da transição do setor do táxi para veículos elétricos, dando como um dos motivos a autonomia da carga dos veículos elétricos se aproximar da quantidade de quilometragem diária que um carro de praça faz diariamente. Porém, e de forma que essa transição seja levada de forma mais séria, vê como necessário a aquisição dos equipamentos de carregamento rápido das viaturas elétricas. Adianta ainda que os taxistas fizeram recentemente investimentos nos seus veículos, rematando que é necessário ter em linha de conta a oportunidade económica e a viabilidade económica desta transformação, de forma que seja uma política interessante para os operadores de táxi. Conclui a sua intervenção referindo que a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores conhece os mercados e as problemáticas das viaturas elétricas já há largos anos, apontando como principal problemática o carregamento das viaturas elétricas, nomeadamente os pontos de carregamento, salientando ainda que o investimento num posto de carregamento próprio não é “nada de extraordinário” quando adquirida a viatura elétrica. Remata, referindo que é necessário continuar a ter em atenção a quantidade de quilómetros diários efetuados pelos taxistas na ilha de São Miguel quando comparada com a autonomia das viaturas elétricas.

Posteriormente, o Deputado Francisco Gaspar volta a questionar sobre quais são as medidas de apoio que poderão ser recomendadas afim da transição energética.

Em resposta, o Professor Doutor Mário Fortuna começa por referir que as medidas devem incidir relativamente à compra de viatura e à compra dos pontos de carregamento uma vez que a decisão do taxista ou das empresas de táxis irá ponderar os custos e benefícios desta transição, ficando dependente disso a maior ou menor probabilidade de viabilização da mesma. Defende ainda a criação de sistemas de apoio que levem a uma reação mais rápida das empresas de táxis. Relativamente aos sistemas de incentivos, refere que os mesmos pretendem que se crie uma condição para que uma nova atividade seja implementada com maior celeridade, refletidos como sistemas de aceleração. Conclui, referindo que quanto mais forem interessantes as medidas de apoio à aquisição ou à mudança de viaturas, mais rápido se procederá à devida transformação e transição, afirmando que cabe ao legislador encontrar o equilíbrio neste sentido.

Ficando o Deputado Francisco Gaspar esclarecido, toma da palavra o Deputado Francisco Lima (CH), questionando qual a opinião do Professor Doutor Mário Fortuna quanto à verba razoável inserida na atribuição de veículos táxis enquadrados nas candidaturas a nível nacional, bem como se os próprios taxistas ou as associações de táxis se podem candidatar ao PO 2030, nomeadamente



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

na aquisição de viaturas e postos de carregamento. Questiona ainda ao Professor Doutor Mário Fortuna se era preferível os taxistas procederem ao carregamento das viaturas através de carregamento doméstico ou através de postos de carregamento públicos. Termina a sua intervenção questionando qual a saúde económico-financeira do setor do táxi nos Açores.

Em resposta, o Professor Doutor Mário Fortuna começa por referir que a Região apresenta oito ou nove realidades diferentes entre as ilhas, quando questionado sobre a necessidade de se proceder à renovação da frota dos táxis. Adianta ainda que em muitas circunstâncias a frota é bastante degradada e antiquada, não compaginando assim com o padrão de qualidade que a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores gostaria de ver implementado nos Açores, admitindo igualmente que caberá a esta Câmara encontrar um orçamento e estabelecer uma meta de quantas viaturas se pretende que estejam inseridas no mercado num futuro próximo. Continua a sua intervenção esclarecendo que a aquisição de viaturas para transporte de passageiros com condutor não faz parte das atividades económicas apoiadas pelo PO 2030 nem pelo PRR, nem tão pouco na possibilidade no âmbito da digitalização, nomeadamente na introdução de instrumentos digitais nos táxis. Relativamente à questão dos postos de carregamento, o Professor Doutor Mário Fortuna defende que a opção do carregamento privado seria uma boa medida, contribuindo assim para reduzir a sobrecarga dos postos de carregamento público, afirmando também que seria esta a opção mais útil e económica para o setor dos táxis atendendo aos preços marginais aplicados nos postos de carregamentos públicos.

Relativamente à situação económico-financeira do setor dos táxis, o Professor Doutor Mário Fortuna refere que a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores não dispõe dessa informação e que essa informação apenas é disponibilizada por setores e através do Banco de Portugal com algum desfasamento. Afirma que, na sua opinião, o setor dos transportes coletivos e o setor dos transportes com condutor não estarão a fazer fortuna, uma vez que se trata de uma atividade que segue a sazonalidade do turismo. Conclui a sua resposta, referindo que o que está em causa é saber até que ponto convém que haja uma mudança mais acelerada para a mobilidade elétrica, isto considerando a perspetiva das opções públicas.

Ficando o Deputado Francisco Lima esclarecido, toma da palavra a Deputada Marlene Damião (PS), que inicia a sua intervenção referindo que a presente Resolução apresentada pelo Partido Socialista tem como principais objetivos continuar a garantir que o setor dos táxis é atrativo para os atuais profissionais e potenciar que mais jovens queiram ingressar no setor, deixando claro que esse caminho passa muito pela redução dos custos inerentes à certificação e à formação dos



taxistas. Continua a sua intervenção referindo que a presente proposta visa também um incremento da dotação orçamental destinada à descarbonização do setor dos táxis uma vez que grande parte dos profissionais desta área apontam como entraves a essa transição a falta de apoio para o incentivo à mobilidade elétrica, aos elevados custos e à reduzida autonomia das viaturas.

A Deputada Marlene Damião esclarece também que o incentivo à aquisição de viaturas elétricas é também um sinal de contribuição para a sustentabilidade deste setor como também para a imagem que a Região transmite para quem a visita, nomeadamente transmitindo uma mensagem “ambientalmente friendly”, elencando a certificação da Região para a sustentabilidade e todos os compromissos e critérios que essa mesma certificação exige como base para esta contribuição. Termina a sua intervenção, referindo que o setor do táxi tem vindo a suprimir alguns problemas e dificuldades promovidas pelos transportes públicos coletivos terrestres existentes e que, de forma global, os incentivos são cada vez mais uma realidade em vários países da Europa de forma que esta transição para a aquisição de viaturas elétricas seja cada vez mais uma realidade e reitera e importância de Portugal ter essa intenção.

Em resposta, o Professor Doutor Mário Fortuna começa por esclarecer que a principal problemática relacionada com a atratividade para os atuais e novos táxis é toda a regulamentação associada a este setor, nomeadamente com a aquisição da unidade de acesso à atividade, a “praça”, destacando que o que se pretende é que seja um setor atrativo e equilibrado dentro de toda a regulação que o compõe.

Relativamente à questão da formação dos taxistas, o Professor Doutor Mário Fortuna refere que é uma constante necessidade, como já foi transmitido pela Câmara do Comércio e Indústria dos Açores ao Governo Regional, destacando como prioridade os conhecimentos essenciais para a comunicação com aqueles que nos visitam e para todos os que utilizam este serviço. Aliado à questão da formação, qualidade e segurança, o Professor Doutor Mário Fortuna defende ainda que o serviço de táxi é fundamental, devendo este estar bem oleado e bem estruturado para que consiga providenciar uma boa experiência a quem dele usufruiu.

O Professor Doutor Mário Fortuna conclui a sua resposta referindo que o setor do táxi é atrativo para os mais jovens interessados uma vez que a profissão é boa e tem boa remuneração, ficando dependente da qualidade de serviço, concluindo que a mobilidade elétrica e a descarbonização seriam um contributo significativo e com benefícios adicionais para a imagem do destino aliado à imagem da sustentabilidade que se pretende para a Região Autónoma dos Açores.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Ficando a Deputada Marlene Damião esclarecida, e dando-se por encerrada a primeira ronda de questões, dá-se início à segunda ronda, tomando da palavra o Deputado Francisco Gaspar, questionando, em relação à formação, se existe alguma parceria entre a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e instituições e formação que possa ser utilizada para desenvolver programas de formação contínua obrigatórios para motoristas de táxi e em consequência disso, como vê a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores a introdução de formação contínua obrigatória para motoristas de táxi e que incentivos poderiam ser dados para aumentar a adesão por parte dos mesmos.

Em resposta, o Professor Doutor Mário Fortuna esclarece que a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores tem uma unidade de formação contínua e com staff, disponível para apoiar e concretizar programas de formação de ativos nas mais diversas áreas, sendo um serviço já disponível há alguns anos e já tendo dinamizado diversas ações de formação desde então em vários setores. Refere ainda que é necessário haver procura destas ações de formação uma vez que não são serviços gratuitos e que estão dependentes, muitas vezes, dos apoios públicos que existem para a formação.

Dando-se início à terceira e última ronda de questões, toma da palavra o Deputado Francisco Gaspar, questionando que papel pode a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores desempenhar com ações de incentivos a longo prazo para garantir que o setor do táxi se mantenha competitivo e sustentável nesta transição. Pela Deputada Marlene Damião, é questionada se a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores tem conhecimento da execução da verba de 200.000€ destinada à descarbonização de táxis que está contemplada no orçamento da Região.

Em resposta ao bloco de questões apresentadas pelos deputados, o Professor Doutor Mário Fortuna refere que a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores assume um papel de intervenção, de alerta, de sugestão de políticas e de apoio às associações de táxis relativamente à configuração do seu serviço. Refere ainda que a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores não dispõe de instrumentos orçamentais que possam ajudar diretamente a manter a competitividade de médio e longo prazo e que aposta na complementaridade entre diversas atividades para um serviço global que seja reconhecido de qualidade e positivo para os visitantes da Região, tendo o turismo um papel fulcral na dinamização da economia regional.

Relativamente à questão apresentada pela Deputada Marlene Damião, o Professor Doutor Mário Fortuna esclarece que não tem qualquer conhecimento relativamente à utilização de um



programa regional que ajudasse à renovação da frota e no sentido da descarbonização dos táxis nem quanto a uma possível taxa de execução.

Terminada a terceira ronda de questões, o Presidente da presente Comissão deu por encerrada a audição.

**Da Audição da AMRAA - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, ocorrida a 11 de outubro de 2024:**

Na qualidade de presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, o Dr. Alexandre Gaudêncio inicia a sua intervenção inicial referindo que a problemática dos táxis tem um impacto direto nas autarquias locais visto que são as câmaras municipais que licenciam a atividade e as devidas “praças”. Refere que a proposta apresentada merece uma avaliação positiva indo ao encontro de uma expectativa criada pelas autarquias locais, nomeadamente o incentivo à aquisição e utilização de viaturas elétricas, posicionando-se a favor de todas as medidas que visem a sustentabilidade. Relativamente à proposta apresentada, refere ainda algumas preocupações a nível logístico nomeadamente a questão dos carregadores elétricos nas praças de táxi, reforçando que as mesmas não estão munidas de infraestruturas para colocar os postos de carregamento elétrico públicos e à necessidade de os mesmos integrarem a rede “Mobi.E” e toda a logística a isso associada.

Continua a sua intervenção inicial defendendo que se os postos de carregamento se localizarem nas redondezas e não necessariamente nas praças de táxi, a situação poderia ser resolvida dando um passo significativo no que diz respeito à rapidez de carregamento das viaturas elétricas.

Conclui a sua intervenção inicial reiterando que a iniciativa merece aval positivo uma vez que vai ao encontro da expectativa dos municípios no incentivo à utilização de viaturas elétricas e mais amigas do ambiente. Deixa ainda a nota de que muitas autarquias locais, cujos planos de mobilidade urbana sustentável se encontram aprovados, se encontra presente o incentivo à aquisição e utilização de viaturas elétricas.

Terminada a intervenção inicial, dá-se início à primeira ronda de questões, tomando da palavra o Deputado Francisco Gaspar (PSD), questionado se existe ou se prevê que venha a existir algum plano de parceria público-privado entre os municípios, o Governo Regional e a EDA quanto ao setor do táxi de forma a garantir uma transição rápida e eficiente de veículos elétricos.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Em resposta, o Dr. Alexandre Gaudêncio esclarece que relativamente a parcerias, que as mesmas têm existido, dando como exemplo os postos de carregamento distribuídos pelo Governo Regional aos municípios para que posteriormente cada autarquia pudesse fazer a devida instalação. Ressalva ainda que, na ilha de São Miguel, serão instalados mais 8 pontos de carregamento de viaturas elétricas. Quanto a parcerias com a EDA, refere que as mesmas não têm existido uma vez que toda a questão da montagem e da instalação dos postos são da responsabilidade das autarquias, assumindo assim os custos associados, nomeadamente construção civil, ligação à rede e a própria concessão do funcionamento do posto.

Finaliza, reiterando as parcerias com o Governo Regional, com a distribuição dos equipamentos de carregamento elétrico de rapidez média bem como entende que o grande incentivo atualmente poderia passar por aumentar o número de postos de carregamento rápido ou ultra rápido, sobretudo para estas atividades em particular, relembrando a elevada rotatividade dos táxis no dia a dia.

Ficando o deputado Francisco Gaspar esclarecido, toma da palavra a Deputada Marlene Damião (PS) que inicia a sua intervenção realçando a sua satisfação pela posição e avaliação positiva quanto à presente proposta por parte da AMRRA, na pessoa do Dr. Alexandre Gaudêncio. Continua deixando a nota acerca de um dos pontos resolutivos, esclarecendo que a proposta não contempla a implementação de postos de carregamento em todas as praças de táxi, clarificando também que existe a certeza e o conhecimento das dificuldades inerentes à instalação dos mesmos. Refere igualmente que existe a possibilidade de se proceder à instalação de postos de carregamento elétricos nas redondezas e não apenas nas praças de táxis.

Conclui a sua intervenção realçando que é importante que se caminhe para a sustentabilidade e que se opte pela implementação dos postos de carregamento rápido, sendo estes dois os caminhos que deverão ser seguidos.

Em resposta, o Dr. Alexandre Gaudêncio realça a união entre ambas as partes em incentivar cada vez mais a utilização e aquisição de viaturas elétricas. Esclarece que existem diversas praças de táxis substancialmente longe de pontos de energia elétrica, sugerindo que a Região invista cada vez mais nos postos rápidos de carregamento elétrico, sabendo de antemão dos diferentes custos quando comparados com os custos praticados atualmente com as atuais condições de carregamento, ficando a favor o fator da eficiência. Destaca também que esta preocupação não é notória apenas no setor público, exemplificando que já existem diversos alojamentos locais e



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

unidades hoteleiras que dispõem de postos de carregamento gratuitos disponíveis para os seus hóspedes, deixando a ideia para que as empresas de rent-a-car procedam à utilização de viaturas elétricas.

Em réplica, a Deputada Marlene Damião questiona como é que a AMRAA vê a hipótese de se criarem sinergias entre as autarquias e o Governo Regional numa perspetiva de rentabilizarem os postos já existentes, ressalvando que a quantidade de postos de carregamento deverá continuar a ser ampliada por toda a Região. Refere ainda que o presente projeto de resolução propões uma revisão ao nível daquilo que pode ser a dotação dos incentivos para o setor público e para o setor privado, revendo valores que possam motivar mais a procura de ambos os setores, possibilitando alcançar objetivos a curto prazo ao invés de a longo prazo.

Em resposta, o Dr. Alexandre Gaudêncio refere que as autarquias estão sempre disponíveis para fazer este tipo de acordos no que diz respeito à melhoria da mobilidade urbana sustentável. Continua referindo que as metas estabelecidas passam igualmente pelas autarquias, sendo exemplo disso a construção de ciclovias, utilização de viaturas elétricas partilhadas e as próprias iniciativas organizadas pelas autarquias. Conclui afirmando que os incentivos devem passar pela valorização dos alojamentos locais e superfícies comerciais, com a crescente adoção da implementação de postos de carregamento disponíveis para os hóspedes e clientes, valorizando a importância das sinergias para a transmissão de uma imagem de uma região sustentável.

Não havendo mais inscrições para a primeira ronda de inscrições, dá-se por encerrada a mesma. De seguida, e aberta a segunda ronda de questões, toma da palavra o Deputado Francisco Gaspar, questionado se, relativamente à questão da formação quanto ao assunto dos postos de carregamento rápidos, a AMRAA tem vindo a desenvolver ações de formação técnica dirigidas aos taxistas de forma que os mesmos conheçam as melhores práticas de utilização dos veículos elétricos, nomeadamente quanto à eficiência de carregamento e a respetiva manutenção.

Em resposta, o Dr. Alexandre Gaudêncio refere que recentemente foi promovida uma feira da mobilidade no concelho da Ribeira Grande, dando o exemplo de uma situação cujo um indivíduo foi esclarecido quanto ao processo de carregamento e à burocracia necessária para tal. Afirma ainda que ainda há muita falta de informação nesta área, realçando que as autarquias locais se encontram disponíveis para fazer essa necessária sensibilização, sendo exemplo disso as feiras da mobilidade e-workshops.



Ficando o deputado Francisco Gaspar esclarecido e não havendo mais inscrições na segunda e terceira ronda de inscrições, o Presidente da presente Comissão deu por encerrada a audição.

**Da Audição da Associação de Profissionais de Táxi da Cidade de Ponta Delgada, ocorrida a 11 de outubro de 2024:**

Em representação da Associação de Profissionais de Táxi de Cidade de Ponta Delgada, o Senhor António Feleja e o Senhor Roberto Resendes demonstram-se disponíveis para responder às questões apresentadas pelos Senhores Deputados.

De seguida, o Presidente da Comissão inicia as inscrições para a primeira ronda de questões, tomando da palavra o Deputado Francisco Gaspar (PSD) referindo que uma das recomendações está relacionada com uma campanha de sensibilização e esclarecimentos relativos aos benefícios de utilização de veículos menos poluentes e mais sustentáveis. No pressuposto da presente recomendação, questiona como é que os membros da Associação de Profissionais de Táxi de Cidade de Ponta Delgada avaliam a viabilidade de transitar para veículos elétricos e híbridos. Questiona ainda quais as principais preocupações e obstáculos que estão a ser identificados pelos taxistas relativamente a esta transição energética. Por fim, o Deputado Francisco Gaspar questiona quais as medidas que a Associação espera que sejam implementadas para potenciar e acelerar a transição rápida e eficiente para o uso dos veículos elétricos.

Em resposta, o Senhor António Feleja começa por referir que alguns membros da Associação olham para esta mudança com alguma dúvida, sobretudo por nunca ter sido algo implementado de raiz, pese embora a existência de duas viaturas elétricas na frota de táxis desta Associação. Ressalva também que existe vontade para que a mudança seja feita pese embora defenda a necessidade de existir certos apoios, uma vez que se trata de uma mudança “completamente radical” bem como assume a disponibilidade da Associação em contribuir para o esclarecimento dos seus sócios sobre esta matéria.

Relativamente à questão das principais preocupações e obstáculos, o Senhor Roberto Resendes refere que são muitas as barreiras neste sentido, nomeadamente a autonomia dos carros e o facto dos 400 quilómetros de autonomia serem pouco na atividade diária do táxi sobretudo nos meses de maior movimento, ou seja, junho, julho e agosto. Continua a sua intervenção referindo que existe pouca quantidade de posto de carregamento em algumas zonas enquanto noutras nem existem postos de carregamento e que isso se refletirá num problema para os taxistas atendendo



à diversa diferença entre os serviços prestados e os principais pontos de atração ao longo da ilha.

Relativamente ao incentivo do Governo, defende que o mesmo “não é mau”, porém a questão da pouca autonomia da viatura continua a ser predominantemente e a mais importante atendendo à necessidade de os taxistas conseguirem realizar o seu dia completo de trabalho sem limitações.

No que concerne às medidas no sentido de fazer com que os taxistas se sintam mais atraídos relativamente a esta mudança, o Senhor António Feleja identifica a necessidade de existirem mais postos de carregamento espalhados por certas zonas da ilha, zonas essas onde os taxistas “param muito e têm a sua presença habitual”. Identifica ainda a necessidade de se saber se existe poder de resposta sobre as oficinas, salientando a importância de existirem oficinas preparadas para dar resposta ao táxi elétrico. Uma outra questão que refere ser importante que se altere é a validade das baterias atendendo ao avultado preço que as mesmas se encontram no mercado.

Conclui a sua resposta rematando que é necessário existir a garantia que dar um passo destes será sinal de melhorar, demonstrando o apoio da Associação nesta mudança, ressalvando que a mudança venha a ser benéfica para todos.

Em réplica, o Deputado Francisco Gaspar refere que a questão da autonomia das baterias e a questão dos postos de carregamento têm sido motivos de preocupação por parte das autarquias locais. Neste sentido, questiona se a Associação de Profissionais de Táxi de Cidade de Ponta Delgada está envolvida em algum projeto relativamente a esta temática ou se já estabeleceu um diálogo com a Câmara Municipal de Ponta Delgada no sentido de expandir os pontos de abastecimento de energia, quer no centro da cidade como noutras freguesias mais limítrofes do concelho de Ponta Delgada.

Em resposta, o Senhor António Feleja refere que a Associação ainda não abordou este assunto com a Câmara Municipal de Ponta Delgada e que o assunto da transição para viaturas elétricas nunca foi abordado pelo Município. Esclarece também que a Associação de Profissionais de Táxi de Cidade de Ponta Delgada deu a sua opinião positiva quando este assunto da transição foi abordado pela Secretaria Regional dos Transportes, Mobilidade e Infraestruturas atendendo à importância da descarbonização, reiterando ainda que o valor do incentivo é pouco assim como a quantidade de candidaturas, tendo em conta a frota de cerca de quinhentos táxis. O Senhor António Feleja defende ainda que deveria existir um maior número de candidaturas porque as vinte candidaturas não correspondem à necessidade, atendendo ao objetivo de se proceder a uma



transição em grande escala. Conclui a sua resposta defendendo que terão de existir ferramentas e verbas adequadas com o objetivo de fazer esta mudança, passando esse papel sobretudo pelo Governo Regional.

De seguida, toma da palavra a Deputada Marlene Damião (PS) começa por referir que o presente Projeto de Resolução, no momento da sua criação, mereceu a auscultação por parte dos profissionais deste setor numa perspetiva de corresponder àquilo que são as necessidades, as preocupações as limitações que são apontadas, nomeadamente o custo elevado de aquisição das viaturas e autonomia mais reduzida das mesmas e a quantidade de postos de carregamento insuficiente na Região Autónoma dos Açores. Refere, ainda, que o presente Projeto de Resolução contempla também a instalação de mais postos de carregamento, quer nas praças mais estratégicas no centro da cidade, quer nas redondezas de forma a servir as necessidades neste sentido, ressaltando que atualmente já existem alguns no centro e nas redondezas da cidade.

Refere ainda que um dos custos fixos mais elevados dos taxistas atualmente são os combustíveis e que o presente Projeto de Resolução propõe o aumento da dotação orçamental destinada à aquisição de viaturas elétricas, defendendo ainda que é neste sentido que o Partido Socialista pretende atender às pretensões e preocupações dos taxistas.

Relativamente à medida de incentivo à formação, a Deputada Marlene Damião questiona se a Associação de Profissionais de Táxi da Cidade de Ponta Delgada concorda com a mesma, tendo em conta que foi transmitido ao Partido Socialista por várias associações que os custos elevados da formação são um entrave, sublinhando ainda que a presente proposta contempla a comparticipação de 50% no apoio ao curso de certificação de motorista de táxis e a revisão dos valores das taxas de alvará.

Em resposta, o Senhor António Feleja começa por referir que a presente iniciativa é “muito boa”, porém apresenta o exemplo de uma problemática associada ao tempo e disponibilidade de carregamento das viaturas que trabalham 24 horas por dia, que resultará na perda de prestação de serviços aos clientes. Neste sentido, esclarece também ser importante a implementação de postos de carregamento rápido em locais estratégica da ilha, nomeadamente na Caldeira Velha, Mosteiros, Sete Cidades e Furnas. Refere também que estes locais são importantes para a implementação de postos de carregamento rápido por se tratar de locais onde os táxis, por vezes, ficam parados durante espaços de tempos compreendidos entre meia hora e uma hora à espera dos clientes, tornando possível o carregamento em caso de necessidade. Em relação a esta



questão, remata ser importante existir um estudo bem elaborado de forma que se consiga definir sítios estratégicos para a implementação dos postos de carregamento.

Relativamente à questão do apoio à formação inicial do taxista, o Senhor António Feleja defende que o apoio é bom e necessário, porém salienta que o principal problema relacionado com esta questão é a escassez de mão-de-obra e da escolaridade existente. Neste sentido, deixa um apelo aos senhores Deputados, apelando que seja feita uma análise a este problema com o objetivo de permitir que um indivíduo com o 9.º ano de escolaridade e detentor de carta de condução possa dedicar-se ao setor do táxi uma vez que os jovens de hoje em dia, com o 12.º ano de escolaridade, não pretendem dedicar-se ao setor por terem outros horizontes. Sobre o presente assunto, conclui que a questão do apoio de 50% na formação inicial e a revisão dos valores das taxas de alvará são importantes, mas não se trata do principal problema pelo qual o setor atravessa, mas sim a ingressão de jovens no setor do táxi.

Em réplica, a Deputada Marlene Damião começa por manifestar o seu agrado tendo em conta as considerações da Associação de Profissionais de Táxi de Cidade de Ponta Delgada ressaltando que umas das medidas que esta proposta salvaguarda vai exatamente ao encontro da distribuição planeada da implementação de postos de carregamento em sítios estratégicos, nomeadamente os locais de interesse turístico, concluindo que o contributo da Associação vai ao encontro do que se encontra explanado no presente Projeto de Resolução.

Relativamente à questão da escolaridade mínima, a Deputada Marlene Damião esclarece que o Diploma dos táxis se trata de um Diploma Nacional sendo, por isso, uma responsabilidade do Governo da República, referindo ainda que o pedido apresentado pelo Senhor António Feleja dificilmente poderá ser ultrapassado atendendo ao facto de que a escolaridade mínima obrigatória está fixada no 12.º ano de escolaridade, representado assim um retrocesso naquilo que está fixado. Ainda neste sentido, a Deputada Marlene Damião relembra a Rede Valorizar e as suas valências que podem ir ao encontro das preocupações apresentadas pelo senhor António Feleja.

A Deputada Marlene Damião continua a sua intervenção lembrando que a presente proposta se trata apenas de sugestões e não de uma lei de implementação obrigatória, com o objetivo de tentar criar instrumentos e ferramentas que permitam uma adaptação mais rápida à transição energética, dando o exemplo de países onde se verifica uma frota de táxis praticamente toda composta por veículos elétricos, a importância de a Região dar o exemplo enquanto destino sustentável.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Em resposta, o senhor António Feleja começa por colocar a questão do que será mais importante: a carta de condução ou a licença de táxi. Neste sentido, refere não concordar com o facto de não ser obrigatório a escolaridade mínima obrigatória para a obtenção de carta de condução e o facto de ser obrigatório para a obtenção de licença de taxista. Por fim, conclui a sua resposta, reiterando o apelo que fez anteriormente sobre a possibilidade de serem criadas condições legais a fim de facilitar o acesso dos jovens com uma escolaridade menor.

Não havendo mais inscrições na primeira ronda de questões, o Presidente da Comissão deu por encerrada a mesma, abrindo inscrições para a segunda ronda de questões, tomando da palavra o Deputado Francisco Gaspar que começa por reconhecer que a pretensão do senhor António Feleja relativamente à questão da escolaridade é legítima atendendo ao facto de que, com melhor formação, um melhor serviço de excelência podia ser prestado ao cliente.

Relativamente à questão da formação, questiona se existe uma necessidade de realizar programas de apoio técnico ou de formação sobre a utilização e manutenção dos veículos elétricos visando ajudar os taxistas na adaptação a esta nova realidade, tratando-se de uma realidade cada vez mais evidente. O deputado Francisco Gaspar questiona ainda se existe necessidade ou não de haver formação técnica específica para os taxistas no que diz respeito ao carregamento elétrico das viaturas.

Em resposta, o Senhor António Feleja solicitou esclarecimentos em relação à pergunta do Deputado Francisco Gaspar, questionando se a formação técnica seria direcionada para antes ou depois da aquisição da viatura elétrica.

Procurando esclarecer a questão do senhor António Feleja o Deputado Francisco Gaspar refere que essa formação técnica poderia servir das duas formas sendo que, para já, numa fase primária com o objetivo de conscientizar dos benefícios que eventualmente poderiam tirar do uso da parte elétrica como também, após aquisição da viatura, ter a formação necessária para utilização dessa mesma energia elétrica no carregamento dos automóveis.

Em resposta, o senhor António Feleja defende que se trata de uma ideia viável e importante destacando também a importância de fazer entender aos taxistas as mais-valias dos táxis elétricos com o contributo de especialistas na área, contribuindo para o esclarecimento de dúvidas que existem entre os taxistas.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Ficando o Deputado Francisco Gaspar esclarecido, toma da palavra a deputada Marlene Damião, que esclarece que no ponto 4 do Projeto de Resolução consta a palavra “esclarecimento”, a qual explana “Diligenciar uma campanha de sensibilização e esclarecimento relativo aos benefícios da utilização de veículos menos poluentes e mais sustentáveis.” Neste âmbito, reitera que o Projeto de Resolução abrange assuntos como a manutenção de uma viatura elétrica e os postos de carregamento, assim como todos os esclarecimentos que sejam tidos como necessários.

Em resposta, o senhor António Feleja começa por manifestar o seu acordo com tudo o que foi apresentado pela Deputada Marlene Damião, contudo salienta que, na perspetiva da Associação a verba disponível de 200.000€ é muito pouco dinheiro atendendo também ao curto prazo de candidatura. Neste sentido, defende que o valor da dotação deveria ser maior de forma a impulsionar o taxista a adquirir a viatura por vontade própria e não por obrigação. O senhor António Feleja defende ainda que o valor disponível deveria ser o dobro do que atualmente está definido, o que por sua vez significaria a atribuição de 15.000€ distribuídas por 30 candidaturas e que isso já faria os taxistas “pensarem duas vezes.”.

Em réplica, a Deputada Marlene Damião refere que desconhece a taxa de execução relativa à dotação dos 200.000€ e que atualmente existem táxis elétricos em funcionamento na ilha de São Miguel. Continua a sua intervenção, questionando se a Associação de Profissionais de Táxi de Cidade de Ponta Delgada acha que o valor de 200.000€ é pouco ou se é o valor de apoio por viatura que é insuficiente.

Em resposta, o senhor António Feleja esclarece que existe um desnível na quantidade de trabalho quando comparado com os taxistas de Ponta Delgada e os taxistas de zonas mais afastadas da cidade e até mesmo de outras ilhas, refletindo assim um entendimento diferente entre os taxistas consoante o lucro que a atividade gera, quando considerados os 10.000€ por candidatura. Em relação ao valor dos 200.000€ fixados, o senhor António Feleja entende que isso significa um valor muito baixo de candidaturas (20) atendendo à existência de mais de 500 táxis na Região Autónoma dos Açores. Conclui a sua resposta, rematando que o aumento da dotação e do número de candidaturas poderia ser a alavanca da mudança no que a este assunto diz respeito.

Não havendo mais inscrições na segunda a terceira ronda de questões, o Presidente da Comissão deu por encerrada a audição à Associação de Profissionais de Táxi de Cidade de Ponta Delgada.



**Da Audição da Associação de Taxistas do Faial, ocorrida a 11 de outubro de 2024:**

Em representação da Associação de Taxistas da ilha do Faial para a presente audição compareceram os Senhores João Silva e Valter Silva mostrando-se disponíveis para o esclarecimento das questões a serem apresentadas pelos Senhores Deputados.

Iniciando-se a primeira ronda de questões, toma da palavra o Deputado Francisco Gaspar (PSD) relembrando que umas das principais recomendações que o presente Projeto de Resolução sugere está relacionado com uma campanha de sensibilização e esclarecimentos relativos aos benefícios de utilização de veículos menos poluentes e mais sustentáveis. Neste enquadramento, o Deputado Francisco Gaspar questiona se a Associação de Táxis do Faial tem recomendações sobre a aceitação e o grau de interesse dos taxistas na aquisição de veículos elétricos e qual a percentagem de taxistas que já manifestou ou considerou o interesse na aquisição de veículos elétricos.

Em resposta, o Senhor Valter Silva começa por esclarecer que o interesse nesta iniciativa “não é muito grande”, devendo-se isso a várias questões, nomeadamente os preços elevados de aquisição das viaturas com capacidade de trabalho que vá ao encontro das necessidades dos taxistas assim como a questão da manutenção e assistência das viaturas, ressaltando a dificuldade desse serviços na ilha já com as viaturas a combustão, rematando que não é exequível que esses serviços tenham de ser feitos, por exemplo, em Lisboa. Outro motivo enunciado é o facto de a realidade da ilha do Faial ser muito diferente quando comparada com a realidade da ilha Terceira e da ilha de São Miguel quanto à assistência, faturação e ao número dos quilómetros. Neste sentido, refere também que o setor na ilha ainda se encontra muito reticente, salientando ainda que é uma mudança necessária, mas com a necessidade de existir apoio efetivo relativamente a “dinheiro” e “assistência” e uma parceira com os concessionários locais de forma que os utilizadores das viaturas se possam sentir seguros relativamente à assistência das mesmas, na possibilidade da mesma avariar. Conclui a sua resposta, afirmando que, no máximo, 10% dos taxistas apresenta vontade de trocar para as viaturas elétricas.

Em réplica, o Deputado Francisco Gaspar questiona se a Associação de Taxistas do Faial está envolvida em algum projeto ou se já estabeleceu diálogo com a autarquia com o objetivo de expandir o número de pontos de carregamento elétrico destinados aos taxistas.

Em resposta, o Senhor Valter Silva esclarece que atualmente não existe qualquer tipo de infraestrutura montada na ilha do Faial destinada a esta mudança, ressaltando os únicos dois



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

pontos de carregamento disponíveis para o carregamento de poucas viaturas, concluindo que não existem condições e infraestruturas criadas para que o processo de descarbonização seja eficiente. Conclui a sua resposta referindo que é necessário criar as condições para a implementação de postos de carregamento nas praças de táxis da ilha e que esse seria o processo mais fácil tendo em conta os pontos de luz próximos das mesmas.

De seguida, toma da palavra o Deputado Carlos Silva (PS) que refere depreender que a Associação de Táxis se encontra de acordo com a presente proposta, afirmando também que compreende as preocupações elencadas pelo Senhor Valter Silva. Continua a sua intervenção referindo que é importante que este processo se inicie “por algum lado” e que, para isso, é importante criar a infraestruturação básica necessária de forma a dar alguma segurança a quem utilize as viaturas elétricas, nomeadamente com a implementação de postos em algumas praças de táxis. Refere ainda ser importante encontrar uma solução para a questão das oficinas especializadas na manutenção deste tipo de viaturas, dependendo isso dos utilizadores bem como de entidades públicas, como é o caso da Associação de Taxistas do Faial que pode ter um papel fundamental no diagnóstico do mercado e na tentativa de perceber que marcas existem ao nível da oficina especializada nessa área na ilha do Faial e que possa ser uma recomendação para os utilizadores locais desse tipo de viaturas.

Neste sentido, o Deputado Carlos Silva questiona se faz sentido criar postos de carregamento nas praças e quantos postos poderiam ser necessários na ilha do Faial de forma a dar uma cobertura razoável ao longo da ilha. Questiona ainda se, ao ser fomentada a utilização de viaturas elétricas, isso seria um atrativo adicional para trazer mais taxistas para o setor, destacando o conhecimento do elevado investimento inicial na aquisição da viatura bem como dos incentivos para a aquisição das mesmas traduzindo-se, futuramente, na redução dos gastos inerentes ao uso de energia elétrica. Por fim, questiona se no entender da Associação de Taxistas do Faial existe mais alguma preocupação ou necessidade que se aplique, neste momento, à atividade do setor do táxi e que pudesse ter uma especial atenção por parte do Partido Socialista.

Em resposta, o Senhor Valter Silva começa por referir que entende não ser possível colocar postos de carregamento em todas as praças de táxis, porém salienta ser importante que os mesmos sejam instalados pelo menos em duas praças principais onde se regista um maior fluxo de clientes, nomeadamente a praça do Mercado e a Praça do Clube Naval assim como “no outro lado da ilha”, num sítio estratégico de forma a salvaguardar diversas situações indesejadas como o esquecimento de carregamento ou por uma questão de planeamento de viagem.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Relativamente à vinda de mais taxistas para o setor e à formação dos mesmos, esclarece que o valor não é um entrave encontrando-se num preço “bem acessível” nos dias de hoje. Refere que existe um défice de viaturas disponíveis no período da noite e que isso se trata de um problema que ocorre nas ilhas mais pequenas, uma vez que não existe movimento suficiente neste período que justifique e compense a disponibilidade constante de viaturas.

Relativamente à questão do papel da Associação de Taxistas do Faial no diagnóstico do mercado e na tentativa de perceber que marcas existem ao nível da oficina especializada nessa área na ilha do Faial, o Senhor Valter Silva refere ser importante a existência de parcerias com concessionários locais de forma que se consiga, por exemplo, bons preços na aquisição da viatura. Continua a sua resposta, salientando que não sabe se a Associação de Taxistas do Faial terá força suficiente e credibilidade para conseguir implementar esta medida relacionada com as parcerias. Conclui a sua resposta, reiterando que a principal solução deverá passar por conseguir uma parceira com um concessionário que disponha das viaturas para aquisição e de uma assistência efetiva direcionada às mesmas, de forma a dar garantia e segurança aos proprietários destas viaturas, algo que ainda não acontece na ilha do Faial. Remata ainda que a inexistência de oficinas que assegurem a assistência às viaturas elétricas fará com que os proprietários dos táxis fiquem sem poder utilizar a viatura durante um mês ou mais, trazendo também problemas na questão da gestão do setor na ilha, causando assim reticência nos proprietários dos táxis.

Não havendo mais inscrições, o Presidente da presente Comissão deu por encerrada a primeira ronda de questões, dando posteriormente início à segunda ronda de questões, tomando da palavra o Deputado Francisco Gaspar que refere que ficou saliente a preocupação da Associação de Taxistas do Faial relativamente à questão da assistência e manutenção das viaturas elétricas, questionando ainda se existe a necessidade da própria Associação proceder à promoção de programas de apoio técnico de formação aos taxistas relativamente a esta temática como forma de auxiliar os taxistas a se adaptarem a esta nova realidade que poderá vir a ser implementada na ilha do Faial num futuro próximo.

Em resposta, o Senhor Valter Silva refere que acha importante e considera que a formação e a informação são dois aspetos sempre bem-vindos e fazem com que, muitas das vezes, as pessoas mudem de ideia e percebam que as coisas vão evoluindo e a necessidade de acompanhar as mesmas, referindo também que a Associação de Taxistas do Faial se encontra aberta para ajudar neste processo de mudança, mesmo considerando a reticência de grande parte dos taxistas relativamente ao assunto da descarbonização e sobretudo quanto à assistência e manutenção de



viaturas elétricas na ilha.

Ficando o Deputado Francisco Gaspar esclarecido, toma da palavra o Deputado Carlos Silva que agradece o contributo facultado pela Associação de Taxistas do Faial e refere que o âmbito destas audições visa obter informações adicionais e contributos de forma que seja possível melhorar a proposta, visando sobretudo que a mesma sirva o setor do táxi e que se promova uma maior descarbonização.

Não havendo mais inscrições na segunda e terceira ronda de inscrições, o Presidente da Comissão deu por encerrada a audição à Associação de Taxistas do Faial.

**Da Audição da EDA – Eletricidade dos Açores, S. A., ocorrida a 11 de outubro de 2024:**

O Eng.º Paulo Jorge André, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da EDA, abdicando de fazer a sua intervenção inicial, demonstra-se disponível para responder às questões apresentadas pelos senhores deputados na presente audição.

Assim, e iniciando-se a primeira ronda de questões, toma da palavra o Deputado Francisco Gaspar (PSD), questionando se a EDA tem planos, enquanto parceira, para potenciar e expandir a rede de carregamento de veículos elétricos nos Açores e, neste caso em particular, para apoiar a descarbonização da frota dos táxis. Em consequência do que atrás foi questionado, pergunta também que parecerias a EDA está a desenvolver ou poderá desenvolver com as autarquias ou outras entidades para apoiar a transição dos táxis para viaturas elétricas.

Em resposta, o Eng.º Paulo André esclarece que o funcionamento do setor da mobilidade, referindo que é um setor com vários intervenientes, nomeadamente a autoridade gestora da mobilidade elétrica, os operadores de postos de carregamento e os comercializadores de eletricidade dessa mobilidade elétrica, concluindo que o papel da EDA neste processo é o de dar respostas aos pedidos de ligação elétrica desses postos de carregamento., dispondo de algumas regras para cumprir e tendo como principal missão dar viabilidade aos projeto que pretendem construir nos Açores para os postos de carregamento. Esclarece ainda que há uma empresa do grupo, a SEGMA, que se constituiu como entidade de operação de postos de carregamento e já tem a seu cargo algumas instalações em vários concelhos dos Açores. Relativamente às parcerias, o Eng.º Paulo André refere que a resposta se enquadra na mesma forma da anteriormente facultada, considerando que a EDA não consta como entidade interveniente neste processo, logo



afirma não existir parcerias previstas.

Ficando o Deputado Francisco Gaspar esclarecido, toma da palavra o Deputado Francisco Lima (CH), questionando se o preço da energia que é cobrado também varia ou se é através de tarifa fixa bem como se a taxa cobrada a estas entidades também varia, deixando o comentário de que seria de interesse que o carregamento noturno fosse a melhor solução uma vez que é a altura do dia em que há excesso de energia.

Relativamente às questões apresentadas pelo Deputado Francisco Lima, o Eng.º Paulo André esclarece que a EDA, embora não seja “*player*” no mercado da mobilidade elétrica, tem feito vários projetos para estudar como pode a mobilidade elétrica ajudar na descarbonização na Região Autónoma dos Açores, projetos esses em cooperação com empresas nacionais, universidades ou através de projetos financiados pela Comunidade Europeia. Esses projetos estudam formas de os veículos elétricos ligados à rede em postos de carregamento apoiarem a manter a rede estável. Refere ainda que a EDA vê os carros elétricos como uma oportunidade de ajudar a consumir mais energias renováveis, sabendo de antemão que o período onde existe maior dificuldade em inserir energia elétrica renovável na rede é no período da noite, sendo esse o melhor período para o carregamento das viaturas elétricas, e por sua vez, o período mais sustentável.

Relativamente à questão dos custos, o Eng.º Paulo André refere que a metodologia referida quanto à utilização do carregamento dos veículos em casa durante a noite através de carregamentos lentos está relacionada com a utilização de tarifas elétricas mais favoráveis e com custos mais baixos para os utilizadores, explanando que o custo médio da tarifa doméstica em Portugal é de 21 cêntimos por Kw/hora no período noturno enquanto que o carregamento rápido custa 43 cêntimos por Kw/hora e 79 cêntimos nos postos de carregamentos rápidos.

Continua a sua intervenção referindo que os postos de carregamento são uma solução importante na possibilidade de existir necessidades urgentes, contudo são uma opção muito mais cara, refletindo uma diferença significativa na ordem de mais de 50 cêntimos.

Conclui a sua intervenção, referindo que o mais benéfico, quer para os consumidores quer para a gestão do sistema elétrico, é o carregamento durante o período das horas de vazio, ou seja, entre a meia-noite/uma hora da manhã e as seis/sete horas da manhã.

Em réplica, o deputado Francisco Lima refere que, no caso de serem feitos carregamentos rápidos



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

sistematicamente, em termos de descarbonização seria pior do que o uso dos combustíveis, concluindo que este processo contribuiria mais para o processo de poluição do que para o processo de descarbonização. Desta forma, o Deputado Francisco Lima solicita ao Eng.º Paulo André que comente esta afirmação acima referida bem como a sua concordância, ou não, com a mesma.

Em resposta, o Presidente do Conselho de Administração da EDA esclarece que a Região apresenta nove realidades diferentes e com características diferentes. Nesse sentido, apresenta como exemplo a ilha de São Miguel que dispõe de uma componente geotérmica elevada, representando uma necessidade de utilização de diesel menor do que, por exemplo, na ilha de Santa Maria onde atualmente apenas existe um parque fotovoltaico e um parque eólico, sendo que sendo possível que esta energia esteja sempre disponível.

Relativamente à questão dos postos rápidos, o Eng.º Paulo André refere que a mesma apresenta duas desvantagens sendo a primeira o custo e a segunda o maior stress sobre as baterias, questão essa que ainda está a ser resolvida pelos fabricantes, derivado do aumento dos carregamentos rápidos.

De seguida, toma da palavra o Deputado Carlos Silva (PS), referindo que os dados facultados pelo Eng.º Paulo André, além de importantes, são essenciais para todos os utilizadores, neste caso em particular para os operadores de táxi. Assume ser importante que os taxistas tenham conhecimentos dos baixos custos de carregamento em períodos noturnos, tornando-se num fator decisivo para os custos de exploração da atividade. Neste sentido, refere que o ponto 4 da resolução apresentada menciona uma campanha de sensibilização e esclarecimentos, podendo a EDA contribuir para tal através da disponibilização de informação permitindo, com isto, que os utilizadores possam optar por carregar na maior parte do tempo durante o período da noite.

Refere também que os postos de carregamento rápido em determinadas praças de táxi são uma segurança adicional uma vez que a atividade do táxi pressupõe estarem deslocados em determinados pontos da ilha. Neste sentido, e tendo em conta o nível de intervenção que o grupo EDA tem relativamente a esta iniciativa, questiona se existe algum impedimento à concretização das medidas apresentadas nomeadamente o incremento dos incentivos financeiros à mobilidade elétrica bem como quanto à campanha de sensibilização. O Deputado Carlos Silva questiona ainda se a EDA concorda com os pontos resolutivos apresentados.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Conclui a sua intervenção reiterando a importância de ser transmitida a informação apresentada a todos os utilizadores, considerando a escassez de informação existente sobre esta matéria.

Em resposta, o Eng.º Paulo André começa por referir que a opinião da EDA, desde há muito tempo, é que o veículo elétrico se trata de uma boa solução para as redes isoladas em ilhas como as da Região Autónoma dos Açores, tratando-se de um assunto que a EDA tem vindo a estudar de forma a perceber os benefícios possíveis. Refere ainda que a EDA entende que é uma boa solução para potenciar o consumo de energias renováveis desde que sigam as regras de carregamento noturno. Continua a sua intervenção esclarecendo que a EDA se encontra disponível para participar na questão da sensibilização uma vez que considera que quanto mais informados estiverem os clientes, maior será a utilização de forma mais racional das viaturas elétricas e do seu carregamento. Ainda assim, reitera que a EDA não se pode pronunciar sobre o presente plano sem saber as necessidades técnicas em termos de números e locais de pontos de carregamento uma vez que é necessário avaliar as viabilidades, sobretudo para grandes centros urbanos onde já existem redes elétricas robustas.

O Eng.º Paulo André esclarece também que os custos serão diferentes consoante as soluções de viabilidade de média ou baixa tensão.

De forma a não colocar em causa o fornecimento de energia a todos os clientes, o Eng.º Paulo André refere ser importante que haja um controlo de forma a limitar a injeção de potência nos postos de carregamento sobretudo nas ilhas mais pequenas da Região.

Em réplica, o Deputado Carlos Silva reconhece que o período noturno e a sua importância nos carregamentos, bem como o trabalho que tem sido feito nesse sentido, porém salienta a importância da necessidade adicional de prestar a informação relativamente à diferenciação dos custos entre o período noturno e os carregamentos rápidos, defendendo que os utilizadores deverão ter a oportunidade de escolher o sítio de carregamento consoante a rentabilidade.

Em resposta e em conclusão, o Eng.º Paulo André reitera apenas que o grupo EDA poderá participar nos esclarecimentos sobre o assunto em discussão.

De seguida, toma da palavra o Deputado Francisco Lima defendendo que o carregamento privado seria melhor e preferível do que o carregamento público, questionando se a EDA equaciona oferecer incentivos financeiros e programas de apoio desde logo na instalação desses postos de



carregamento de forma a incentivar os proprietários a migrar para os veículos elétricos. Considera ainda que, no seu entender, os utilizadores, neste caso particular dos táxis, poderiam recorrer aos postos de carregamento domésticos, ficando certamente mais em conta.

Em resposta, o Eng.º Paulo André esclarece que a EDA não tem previsto qualquer apoio para os seus clientes nesta vertente e que a EDA faculta apoio a todos os clientes nos esclarecimentos de qual a melhor tarifa que se irá adequar ao perfil de consumo de forma a minimizar os custos com a tarifa dos contratos.

Não havendo mais inscrições na segunda e terceira ronda de questões, o Presidente da presente Comissão deu por encerrada a audição ao Presidente do Conselho de Administração da EDA, o Eng.º Paulo Jorge André.

**Da Audição da APALIT/Associação de Taxistas da Ilha Terceira, ocorrida a 28 de outubro de 2024:**

Em representação da APALIT/Associação de Taxistas da Ilha Terceira para a presente audição compareceu o senhor Jorge Costa, mostrando-se disponível para o esclarecimento das questões a serem apresentadas pelos Senhores Deputados.

Iniciando-se a primeira ronda de questões, toma da palavra o Deputado Francisco Gaspar (PSD) questionando se a Associação de Taxistas da Ilha Terceira dispõe de informações relativamente à aceitação por parte dos senhores taxistas quanto à aquisição de veículos elétricos como também qual a percentagem dos taxistas da ilha Terceira que considera importante a aquisição dos veículos elétricos. Questiona ainda quais são as preocupações que a Associação possa entender no que diz respeito à presente transição energética.

Em resposta, o senhor Jorge Costa começa por esclarecer que participam nesta audição “um bocadinho às escuras” uma vez que não lhes foi apresentado nada em concreto sobre as pretensões em relação a este assunto, ressalvando a receção de um documento enviado pelo Partido Socialista relativamente ao setor do táxi. Relativamente à primeira questão apresentada, esclarece que a parte dos taxistas que pretendem aderir a esta transição energética é reduzida considerando o mercado muito caro e com dúvidas sobre o bem servir o cliente, ressalvando também que existe quem queira proceder a esta mudança. Neste sentido, esclarece que os taxistas que pretendem e aceitam esta transição ainda se encontram reticentes sobre a criação de apoios que possam trazer benefícios e condições para o investimento. O senhor Jorge Costa reitera



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

igualmente que, em consonância com as associações de táxi dos Açores, que uma das principais preocupações é o preço e a qualidade das viaturas elétricas, defendendo que se houver um aumento dos apoios por parte do Governo, mais facilmente poderão começar a existir candidaturas neste sentido.

Neste sentido, o senhor Jorge Costa explana uma ação de sensibilização e apoio desenvolvida pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo entre 2019 e 2022, que comparticipava em 15.000€ a aquisição de uma viatura elétrica, registando-se apenas duas candidaturas no âmbito deste projeto. No âmbito deste exemplo, o senhor Jorge Costa defende que o Governo deverá promover uma ação regional, destinado a todas as ilhas e com apoios que possam vir a interessar os taxistas. Ressalva ainda que existem imensos taxistas em negação para com esta mudança atendendo às dificuldades associadas às viaturas elétricas, nomeadamente autonomia e a questão do carregamento.

O senhor Jorge Costa finaliza a sua resposta, referindo ser importante que o Governo Regional amplie a dimensão do montante e do número de candidaturas deste projeto, na tentativa de alcançar o maior número de taxistas na região, defendendo que essa distribuição deverá ser feita através de quota por ilha.

Em réplica, o deputado Francisco Gaspar (PSD) questiona se existem condições ao nível de oficinas que possam prestar apoio rápido e prático sempre que haja algum problema ou avaria no respetivo automóvel e que de alguma forma possa resolver dentro do prazo previsível alguma avaria que a viatura possa apresentar.

Em resposta, o senhor Jorge Costa defende que os taxistas estão receosos quanto à questão da manutenção das viaturas elétricas, dando o exemplo de uma viatura que necessitou de assistência e que, para isso, teve que ser enviado para o continente. Refere ainda que a única assistência a viaturas são as viaturas da marca Nissan, não havendo mais qualquer marca com assistência na ilha Terceira com marca própria.

O senhor Jorge Costa adianta ainda que foi oferecido à Associação de Taxistas da Ilha Terceira uma viatura totalmente elétrica pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, viatura essa diretamente adquirida nesse mesmo stand da Nissan por se tratar do único local que presta assistência às suas viaturas vendidas. Esclarece ainda que essa viatura aguarda apenas a pintura para a nova cor do táxi de forma a começar a ser usada pelos taxistas, em caso de necessidade.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

De seguida, a Deputada Marlene Damião (PS) manifesta o seu entusiasmo com as opiniões facultadas pelo senhor Jorge Costa, não obstante a necessidade de salvaguardar alguns aspetos. Neste sentido, aproveita para esclarecer que o presente Projeto de Resolução do Partido Socialista contempla pontos que vêm responder a algumas das preocupações manifestadas pelo senhor Jorge Costa nomeadamente a proposta de um reforço da dotação destinada à aquisição de viaturas elétricas. Além disso, o presente Projeto de Resolução propõe a implementação de postos de carregamento nas praças de táxi e em zonas periféricas, nomeadamente em locais turísticos.

A deputada Marlene Damião questiona ainda informações sobre a autonomia da viatura elétrica facultada pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo à Associação de Taxistas da Ilha Terceira, nomeadamente se a autonomia da mesma é suficiente para a utilização da mesma ou se é necessário recarregar com muita frequência.

Continua a sua intervenção referindo que o presente Projeto de Resolução contempla o apoio na aquisição do certificado profissional de táxi bem como a revisão dos valores dos alvarás de táxi. A Deputada Marlene Damião esclarece ainda que neste Projeto de Resolução é proposta também uma campanha de sensibilização e de esclarecimento de formação para todos os profissionais do setor de forma que os mesmos entendam os benefícios da utilização deste tipo de viatura.

Por último, e considerando a questão da assistência às viaturas no caso de avaria que muito preocupa os taxistas, esclarece que existe a proposta de se proceder à realização de parcerias com entidades públicas e privadas numa perspetiva de salvaguardar essa assistência no caso de avaria das viaturas elétricas.

Em resposta, o senhor Jorge Costa começa por referir que a Associação está de acordo com a proposta relativa à questão da formação, demonstrando esperança que o apoio de 50% relativo à obtenção do certificado profissional seja facultado, considerando que o valor atual da certificação é alto para quem se interessa por frequentar a mesma. Refere ainda que a presente proposta é muito bem-vinda atendendo à escassez de jovens interessados em ingressar o setor do táxi.

Em jeito de pretensão, o senhor Jorge Costa refere a questão da constante formação de táxi de cinco em cinco anos, com um número considerável de horas, sobretudo depois dos 65 anos. Defende que esta situação deveria ser revista visando a redução dos encargos e de uma formação que no seu entender, é desnecessária.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O senhor Jorge Costa continua a sua intervenção relembrando que além de o setor estar a necessitar de mais pessoas, é necessário também ter posses para iniciar o negócio no setor, nomeadamente para a aquisição da viatura e da praça.

Relativamente à questão do abastecimento nas praças, o senhor Jorge Costa refere ser uma proposta importante, apresentando como exemplo a baixa autonomia da viatura que foi facultada à Associação de Taxistas da Ilha Terceira. Além disso, menciona que muitos dos taxistas trabalham longe de casa e não têm disponibilidade de se deslocarem a casa para carregar a viatura, daí também a importância dos postos de carregamento nas praças de táxi.

Conclui a sua intervenção, apresentando a sugestão de ser equacionado a recompensa de 20%, que já existe aos domingos, de forma a valorizar o taxista que trabalha ao sábado, atendendo ao facto de também ser um dia de fim de semana e merecedor dessa mesma recompensa.

Em réplica, a Deputada Marlene Damião (PS) ressalva uma vez mais a questão da formação que se encontra contemplada no presente Projeto de Resolução, indo assim ao encontro das preocupações apresentadas pelo senhor Jorge Costa.

Por último, salienta a satisfação quanto à concordância relativamente aos postos de carregamento elétrico.

De seguida, toma da palavra o deputado Francisco Lima (CH) que inicia a sua intervenção enaltecendo o trabalho do senhor Jorge Costa que, aos 80 anos, ainda exerce a atividade bem como se preocupa com o futuro da profissão.

Continua a sua intervenção esclarecendo que, ao contrário do que foi dito pelo senhor Jorge Costa, existem diversas empresas que prestam apoio de assistências a viaturas elétricas na ilha Terceira e não apenas uma, como havia sido mencionado. Neste sentido, o Deputado Francisco Lima questiona se as afirmações referidas correspondem à verdade ou se as marcas mencionadas não interessam ao setor do táxi.

Por fim, questiona qual a expectativa máxima da quantidade de quilómetros nos períodos de maior atividade, nomeadamente no verão, bem como qual seria o incentivo adequado para adquirir uma viatura elétrica.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

De seguida, numa interpelação à mesa, toma da palavra a Deputada Marlene Damião, referindo que pretende repor a verdade relativamente às declarações do Deputado Francisco Lima, esclarecendo que nas últimas audições realizadas à Associação de Taxistas do Faial e a Associação de Profissionais de Táxi da Cidade de Ponta Delgada, onde foram apresentadas sugestões relativamente às possibilidade de a parceira entre as entidades públicas e privadas poder atenuar as dificuldades do ponto de vista da assistência. Relativamente à assistência que existe ou não na ilha Terceira, a Deputada Marlene Damião esclarece que seguiu a informação referenciada pelo senhor Jorge Costa.

Em resposta ao Deputado Francisco Lima, o senhor Jorge Costa começa por referir que as declarações do Deputado estão corretas, admitindo o desconhecimento dessas situações relativamente à assistência na ilha Terceira ressalvando que lhe foi transmitido, aquando da possibilidade de aquisição de viatura elétrica, que o único local onde havia assistência seria no estabelecimento da Nissan. Esclarece ainda que existem viaturas elétricas que não vão ao encontro das pretensões do setor do táxi.

Relativamente à quantidade de quilómetros realizados na época de maior atividade, o senhor Jorge Costa esclarece que a média se situa entre os 500 e os 600 quilómetros diários, concluindo que uma viatura elétrica com esta autonomia se assume como uma viatura cara e que a ajuda do Governo ditará os investimentos nas viaturas a serem feitos e equacionando as respetivas baterias e autonomias.

No que concerne ao apoio adequado de comparticipação para aquisição da viatura elétrica, o senhor Jorge Costa defende que se deveria situar entre os 12.000€ e os 15.000€, representando um avanço para “se ver quem é que tem coragem para se chegar à frente”. Ainda assim, apresenta vários exemplos que podem não contribuir para a adesão a esta transição, nomeadamente os taxistas que têm viaturas recém-compradas ou praticamente novas, os taxistas com viaturas mais antigas e com poucas posses de compra, os taxistas que apresentam “praças fracas” ou ainda quem quer iniciar a atividade neste setor e necessita de comprar a praça e ainda a viatura. Relativamente a este assunto, o senhor Jorge Costa conclui que o apoio fixado entre os 12.000€ e os 15.000€ representaria um investimento de 40 carros, num apoio total de cerca de meio milhão de euros, o que na sua ótica, seria excelente e entusiasmante.

Em réplica, o Deputado Francisco Lima refere que, atendendo ao elevado esforço financeiro e à comparticipação de apoio, poderia ser equacionada um incentivo relacionado com o pagamento



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

de juros, poderia estar a ser falado de uma viatura com prestações anuais compreendidas entre os 7.000€ e os 8.000€, o que resultaria nos valores gastos no combustível.

Neste sentido, questiona se o problema é o preço da viatura ou se o facto de ter de pagar a viatura a pronto.

Em resposta, o senhor Jorge Costa defende que o pagamento das viaturas em prestações assume-se como complicado devido à dificuldade de obtenção de financiamento bem como ao facto de as praças não serem assim tão lucrativas, com exceção do verão e de em cidades como Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Reitera a necessidade de se saber o valor da comparticipação do Governo Regional e o procedimento de candidatura.

Adianta ainda que a questão do carregamento rápido possa vir a ser um problema atendendo à viciação das baterias, lembrando que os taxistas com viatura elétrica própria poderão preferencialmente carregar a viatura em casa, mas apenas ao final do dia.

Não havendo mais inscrições na primeira ronda de questões, o Presidente da Comissão deu por encerrada a mesma, abrindo inscrições para a segunda ronda de questões, tomando da palavra o Deputado Francisco Gaspar que após agradecer a clareza das respostas relativamente às questões apresentadas quanto à presente temática, refere que a transição energética poderia ser potenciada através de uma melhor rede de postos de carregamento elétrico, podendo os municípios ser parceiros importantes em relação a esta matéria. Neste sentido, questiona se a associação está envolvida em algum projeto específico ou de parcerias ou se já estabeleceu algum contacto com as câmaras municipais no sentido de abordar o aumento da rede de postos de carregamento elétrico pela ilha Terceira.

Em resposta, o senhor Jorge esclarece que a Associação não se tem preocupado muito com essa situação uma vez que apenas dispõe de dois taxistas com viaturas elétricas e com os respetivos postos de carregamento no domicílio, sendo os postos de carregamento já existentes suficientes para satisfazer os taxistas com essas viaturas. Conclui a sua intervenção reiterando que seria uma boa ideia proceder a esse trabalho conjuntos com os municípios aquando do início deste projeto que se encontra em discussão.

Não havendo mais inscrições na segunda e terceira ronda de questões, o Presidente da Comissão deu por encerrada a audição ao senhor Jorge Costa, em representação da APALIT/Associação de



Taxistas da Ilha Terceira.

**Da Audição da Secretária Regional do Turismo Mobilidade e Infraestruturas, ocorrida a 3 de janeiro de 2025:**

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dr.ª Berta Cabral, no âmbito da audição ao Governo Regional dos Açores relativamente ao Projeto de Resolução n.º 14/XIII (PS) – “Medidas de incentivo à formação e descarbonização do setor do táxi”, apresenta a sua intervenção inicial referindo que “a RAA tem vindo a apostar, de forma significativa, na produção e consumo de energia elétrica proveniente de fontes renováveis e endógenas, bem como no incremento da sua penetração nos diversos sistemas electroprodutores dos Açores. Em linha com essa estratégia o Governo considera essencial potenciar a mobilidade elétrica através do carregamento dos veículos elétricos em períodos de vazio, garantindo condições de segurança e otimização no abastecimento energético, bem como promover a eficiência energética e apoiar a mobilidade sustentável.

Nesse sentido, a transição energética do setor dos transportes terrestres, sobretudo através da sua eletrificação, incentivando a introdução de veículos elétricos e a instalação de infraestruturas de carregamento, tem sido um objetivo estratégico do governo.

Para operacionalizar esta transição, foi criada diversa legislação regional, nomeadamente: Decreto Legislativo Regional n.º 21/2019/A, de 8 de agosto, que define a estratégia para a implementação da mobilidade elétrica nos Açores, regulamentado em 2021 pelo DRR nº 4/2021/26 abril, criando o sistema de incentivos financeiros para a aquisição de veículo elétricos, que pode atingir 4000€; Resolução do Conselho do Governo n.º 106/2019, de 4 de outubro, que aprova o Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores (PMEA); Resolução do Conselho do Governo n.º 6/2023, de 31 janeiro que aprova a Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE 2030); Decreto Regulamentar Regional n.º 35/2023/A de 27 novembro que veio alterar o DRR nº 4/2021/A, de 26 de abril , abrangendo táxis e rent-a-car; Decreto Regulamentar Regional nº7/2024/A de 1 julho que alterou o DRR nº4/2021 para clarificar e suprir algumas lacunas.

Paralelamente a este enquadramento legal o governo na sequência da aprovação do ORAA 2025 já tem em circuito legislativo uma proposta de Resolução que tem como objetivo atribuir um apoio extraordinário ao sector do táxi, de 50% do valor do veículo até ao limite de 10.000€, acumulável com os apoios previstos no DRR nº. 4/2021 com a alteração introduzida pelo DRR nº 35/2023 que



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

abrangeu os táxis. Relativamente aos pontos resolutivos: Comparticpe em 50% os gastos referentes ao curso de formação inicial para motorista de táxi; os motoristas de táxi constituem um dos vários grupos de profissionais de transporte sujeitos a formação profissional.

Assim, privilegiar o financiamento destes profissionais não é razoável porque constitui uma exceção face a outros grupos de motoristas igualmente sujeitos a formação profissional, tais como: Motoristas de Transporte Coletivo de Passageiros e Motoristas de Transporte de Mercadorias (sujeitos a obtenção de Certificado de Aptidão de Motorista, cujo o custo da formação profissional é substancialmente superior); Motoristas de Transporte Coletivo de Crianças; Motoristas de Veículos TVDE. Além disso, não se vislumbra relação com a mobilidade elétrica!

Proceda à redução das taxas aplicáveis aos motoristas de táxi, previstas no ponto V – Transporte em táxi, do anexo da Portaria n.º 35/2024, de 27 de junho de 2024; Os motoristas de táxi estão sujeitos ao pagamento de taxa para realização de exame para obtenção de Certificado de Motorista de Táxi (31,50 € uma única vez) e obtenção do subsequente Certificado de Motorista de Táxi (CMT), renovável de 5 em 5 anos (31,50 €).

Mais uma vez não se deve privilegiar a redução de taxas a aplicar a estes profissionais considerando que existem taxas similares aplicáveis a outros grupos profissionais, como os referidos no ponto anterior. Também aqui, não se vislumbra relação com a mobilidade elétrica!

Reforce e desburocratize os incentivos financeiros existentes no âmbito da mobilidade elétrica, bem como disponibilize pontos de carregamento para veículos elétricos nas praças de táxis dos concelhos do arquipélago dos Açores;

Já foram realizadas reuniões com as Associações de Táxis dos Açores, com a presença de representantes da DRM e Direção Regional da Energia. Das reuniões, surgiu a proposta de resolução atrás referida. Quanto aos pontos de carregamento público, estão instalados 69 que correspondem a 140 tomadas, a que acresce 48 cedidos pelo governo aos municípios a quem compete instalar, eventualmente nas praças de táxi ou noutros locais considerados mais adequados. Para além disso o DRR nº 4/ 2021/A, prevê incentivos à aquisição e instalação de pontos de carregamento privados.

Diligencie uma campanha de sensibilização e esclarecimento relativa aos benefícios da utilização



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

de veículos menos poluentes e mais sustentáveis.

O Plano da Região Autónoma dos Açores para 2025 tem uma dotação de 1.100.000 € para Mobilidade Elétrica dos quais 100.000 são para ações de sensibilização. A Região Autónoma dos Açores tem vindo a apostar, em várias campanhas de sensibilização, colóquios e outras ações de divulgação, em parceria com diversas entidades, entre elas a ADENE.

É, pois, propósito deste Governo continuar a divulgar, potenciar e apoiar todas as formas de sensibilização, para que, mais rapidamente se possa atingir um maior número de viaturas e de pessoas, incluindo os táxis e as suas associações.”

Terminada a intervenção inicial da Secretária Regional, o Presidente da Comissão abriu inscrições para a primeira ronda de questões, tomando da palavra o Deputado Francisco Gaspar (PSD) que começa por esclarecer que é possível concluir que ainda existe pouca vontade por parte dos taxistas em proceder à substituição das viaturas a combustão por viaturas elétricas, atendendo às diversas audições realizadas a algumas associações de táxis da Região Autónoma dos Açores. Neste sentido, e de acordo com o que está programado no Programa do Governo para 2025, questiona em que medida se equaciona estabelecer parcerias com municípios, associações de táxis e com os fornecedores de energia elétrica, nomeadamente a EDA., com o objetivo de agilizar a transição para os veículos sustentáveis.

Em resposta, a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas reconhece que existe pouco interesse por parte dos taxistas nesta transição, esclarecendo também que desde 2023, os taxistas estão abrangidos pelo Decreto Regulamentar Regional 35/2023, que contempla apoios financeiro no âmbito da mobilidade elétrica, não tendo sido registada qualquer candidatura neste sentido por parte dos mesmos. Neste sentido, a Secretária Regional esclarece ainda que entende que os taxistas se sintam pouco confiantes em relação a esta transição, atendendo às preocupações relacionadas com o preço, assistência, postos de carregamento e a autonomia das viaturas, defendendo que tudo isto se trata de um processo.

Não obstante, defende ainda que cada vez mais as viaturas elétricas se assumem como uma realidade no dia a dia, dando o exemplo do investimento do setor privado neste sentido. Neste sentido, relembra o apoio extraordinário do Governo Regional dos Açores no valor de 10.000€ destinadas ao apoio à aquisição da viatura, inserido no Plano de Mobilidade Elétrica, concluindo que o setor do táxi poderia ser um importante contributo nesta transição.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Continua a sua intervenção que cabe ao Governo criar um quadro mais apelativo e incentivador, contribuindo para isso o presente Projeto de Resolução, mas que o Decreto nunca poderia ser uma opção porque “não se pode obrigar as pessoas a fazerem essa transição”.

Relativamente às-parcerias com os municípios, defende que os mesmos devem ter o seu próprio plano de mobilidade elétrica municipal tendo em conta a necessidade de serem os municípios a encontrar e definir parques de estacionamento, pontos de carregamento e zonas de carregamento.

Ficando o Deputado Francisco Gaspar esclarecido, toma da palavra a Deputada Marlene Damião (PS) referindo que, após as palavras da Secretária Regional, que existe uma confirmação relativamente à preocupação para com este setor e em particular com os pontos resolutivos apresentados no presente Projeto de Resolução, nomeadamente o apoio de 50% destinado à formação, destacando que a questão da formação poderia ser alargada a outras áreas.

A Deputado Marlene Damião refere ainda que sem taxistas não poderá haver mobilidade elétrica, afirmando que não concorda com o facto de a Secretária Regional ter referido que não existe ligação da formação de taxistas com a mobilidade elétrica. Neste sentido, relembra o acordo entre o Governo Regional e a plataforma BOLT, nomeadamente a exigência de esta introdução na RAA ser feita unicamente com a utilização de viaturas elétricas.

Relativamente à inexistência de candidaturas no âmbito do Plano de Mobilidade Elétrica, refere que isso se poderá dever à complexidade das candidaturas, sendo assim proposto pelo Partido Socialista uma desburocratização no acesso às candidaturas numa perspetiva de os taxistas se sentirem mais confiantes e tentadas a proceder à candidatura.

A Deputada Marlene Damião salienta ainda a importância do ponto desta resolução que diz respeito aos postos de carregamento e à autonomia das viaturas elétricas, algo que se verificou como preocupações claras aquando das audições às associações de táxis dos Açores, reiterando a clara necessidade de se proceder ao aumento da quantidade de postos de carregamento na Região.

Considerando as declarações da Secretária Regional relativamente ao ponto de situação quanto ao processo de desburocratização e na existência de uma Resolução, solicita qual a Resolução a que se refere e quando é que a mesma foi ou será publicada.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Relativamente à dotação de 100.000€ apresentada pela Secretária Regional destinadas para campanhas de sensibilização, a Deputada Marlene Damião questiona quando é que as mesmas estão previstas, qual foi a última que foi realizada e em que âmbito.

Em resposta, a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dr.<sup>a</sup> Berta Cabral, confirma que existe vontade, incentivo e desejo de que se faça transição energética através da mobilidade elétrica da forma mais rápida possível por parte do Governo Regional.

Relativamente aos pontos resolutivos presentes no Projeto de Resolução, a Secretária Regional esclarece que foi referido que havia muitos outros motoristas, desde logo, nos transportes coletivos de passageiros, nos TVDE's e no transporte de crianças que não eram alvo de participação quanto às formações. Neste sentido, esclarece não concordar com o tratamento de uma forma diferente de outra classe profissional e que os taxistas não necessitam de nova formação profissional tendo em conta que já dispõem do seu título profissional para exercer a sua profissão.

Quanto às questões dos TVDE's, esclarece que o Diploma já é muito antigo e que já se procedeu a uma tentativa de alteração, não tendo o mesmo sido alterado, por conta da falta de interesse. Agora, considerando a aparente existência de interesse, refere que os pedidos de certificação estão a seguir o seu caminho normal, devendo os mesmos cumprir os requisitos quanto à implementação da plataforma.

Relativamente à questão do processo de desburocratização, esclarece que se trata de uma Resolução que se encontra em processo legislativo, tendo sido ouvidos os taxistas e várias entidades, estando assim em processo de aprovação a atribuição do apoio extraordinário de 50% até 10.000€ aos taxistas na aquisição de veículos elétricos.

Em réplica, a Deputada Marlene Damião começa por referir que, atendendo que a Resolução se trata de um processo legislativo porque está em decurso, o Governo está a manifestar a mesma preocupação que o Partido Socialista, reiterando que a diferença se deve à antecipação por parte do Partido Socialista e abordagem do presente assunto de forma mais célere.

No que respeita à finalidade da presente Resolução do Partido Socialista, e atendendo ao facto de a Secretária Regional reiterar que não consegue entender qual a ligação entre um apoio à formação e o que é que este apoio pode ter a ver com as viaturas elétricas, a Deputada Marlene



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Damião defende ser importante retomar o título do Projeto Resolutivo, que apresenta duas finalidades, sendo elas a intenção de tornar este setor mais atrativo e apoiar a descarbonização. Refere, ainda, que só se poderá tornar este setor mais atrativo se existir um sinal de incentivo ao início de uma atividade que neste momento está carente, considerando a inexistência de taxistas suficientes para responder às necessidades do mercado.

Conclui a sua intervenção referindo que o Partido Socialista não exclui a possibilidade de serem incluídos outros profissionais no enquadramento da formação profissional no âmbito da transição energética. Além disso, refere que também não estão excluídas notas que foram sendo facultadas ao longo das últimas reuniões, nomeadamente a sugestão de que os postos de carregamento não fossem instalados unicamente nas praças de táxis, mas também nas zonas periféricas, entre as quais, as zonas mais visitadas por turistas.

Em resposta, a Secretária Regional começa por esclarecer que, no âmbito da antecipação assumida pela Deputada Marlene Damião quanto aos apoios, a dotação está prevista no Orçamento para 2025 bem como no Orçamento para 2024, sendo que esta questão não se trata de uma “corrida de quem vai à frente”, não fazendo sentido comparar a diferença que existe entre o que já está a ser feito pelo Governo Regional a o que está pensado ser feito através da proposta do Partido Socialista.

Em relação à questão de tornar o setor mais atrativo, a Secretária Regional cita a Deputada Marlene Damião que disse “tornar o setor mais atrativo para que possam ter início de atividade (...) não há taxistas suficientes para dar resposta ao mercado”, questionando se haviam feito esta questão aos taxistas, ressaltando que ouviu todas as audições e que “não existem mais taxistas atualmente uma vez que as Câmaras Municipais não atribuem mais licenças porque não há vontade de entrar mais taxistas no mercado” e que a atividade de táxi é, há muitos anos, uma atividade regulada e controlada. Sobre esta questão, a Dr.ª Berta Cabral conclui que criar condições para entrar mais pessoas no mercado não deverá ser uma condição que agrade aos taxistas.

Conclui a sua intervenção, reiterando que não deverá existir desigualdade na atribuição dos apoios destinados à formação atendendo aos diversos motoristas existentes, nomeadamente os motoristas de transportes coletivos de passageiros, de transporte de crianças, devendo cada um fazer a sua própria formação.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Não havendo mais inscrições na primeira ronda de questões, o Presidente da Comissão deu por encerrada a mesma tendo aberto de seguida inscrições para a segunda ronda de questões, tomando da palavra a Deputada Marlene Damião. Considerando a dotação do presente apoio no Orçamento para 2024, a Deputado Marlene Damião questiona o que fez o Governo Regional tendo em conta a nova inscrição no Orçamento para 2025, não se registando qualquer alteração ao valor fixado em 2024, rematando que o Governo Regional não deu importância a esta dotação.

Relembrando a audição à Associação de Profissionais de Táxis de Ponta Delgada, a Deputada Damião refere que a mesma defendia que o presente Projeto de Resolução pudesse contemplar a possibilidade de ser permitido o acesso à atividade por jovens com escolaridade inferior ao 12.º ano uma vez que existiam muitos candidatos com o 9.º que estavam a ser excluídos.

Relativamente à relevância da formação, a Deputada Marlene Damião cita o exemplo da Associação de Táxis de São Jorge, na pessoa do Presidente que referiu: “considero ser de vital importância que compartilhe em 50% os gastos referentes ao curso de formação inicial para motorista de táxi”.

Em resposta, a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas esclarece que o valor inserido no Orçamento para 2024 foi “mais do que suficiente” uma vez que não se registou qualquer candidatura, salvaguardando e contemplando um milhão e duzentos mil euros no Orçamento para 2025 destinados à transição energética, afirmando que se encontra na esperança que apareçam muitas candidaturas.

Relativamente à questão da quantidade de taxistas, a Secretária Regional esclarece que o que foi defendido pelas associações de táxis foi que era necessário contratar taxistas para substituir e ingressar no negócio dos taxistas existentes que dispõem de praça e não a pretensão de ter mais taxistas novos na praça. Neste caso, defende igualmente que devem ser os proprietários que contratam a assumir as despesas relativas à formação, como acontece com todas as outras empresas.

Não havendo mais inscrições na segunda e terceira ronda, o Presidente da Comissão deu por encerrada a audição à Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, a Dr.ª Berta Cabral.



**CAPÍTULO IV**  
**SÍNTESE DA POSIÇÃO**

- **Do Partido Social Democrata (PSD):**  
Aprova o relatório e emite parecer abstenção face à presente iniciativa.
- **Do Partido Socialista (PS):**  
Aprova o relatório e emite parecer favorável face à presente iniciativa.
- **Do Partido CHEGA (CH):**  
Aprova o relatório e emite parecer abstenção face à presente iniciativa.
- **Do Bloco de Esquerda (BE):**  
Aprova o relatório e emite parecer abstenção face à presente iniciativa.
- **Do Partido Popular Monárquico (PPM):**  
A Representação Parlamentar do PPM, apesar de ter assento na comissão sem direito a voto, foi auscultado, e emitiu parecer de abstenção face à presente iniciativa.
- **Da Iniciativa Liberal (IL)**  
A Representação Parlamentar do IL, apesar de ter assento na comissão sem direito a voto, foi auscultada, mas não emitiu parecer.

**CAPÍTULO V**  
**VOTAÇÃO DOS PARTIDOS**

O Grupo Parlamentar do PSD absteve-se relativamente à presente iniciativa.

O Grupo Parlamentar do PS votou favoravelmente relativamente à presente iniciativa.

O Grupo Parlamentar do CH absteve-se relativamente à presente iniciativa.

A Representação Parlamentar do BE absteve-se relativamente à presente iniciativa.



CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Economia deliberou, por **maioria**, com votos a favor do **PS**, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do **PSD, CHEGA e do BE**, emitir parecer **favorável** relativamente ao **Projeto de Resolução n.º 14/XIII - Medidas de incentivo à formação e à descarbonização no setor do táxi**.

Velas, 10 de janeiro de 2025

O Relator

Paulo Silveira

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

Paulo Simões

## Edite Azevedo

---

**Assunto:** FW: Solicitação de parecer escrito sobre o Projeto de Resolução n.º 14/XIII (PS) - "Medidas de incentivo à formação e à descarbonização no setor do táxi"

---

**De:** antonio ramos <[oceano1965@live.com.pt](mailto:oceano1965@live.com.pt)>

**Enviada:** 17 de outubro de 2024 12:07

**Para:** Rui Silva <[rsilva@alra.pt](mailto:rsilva@alra.pt)>

**Assunto:** RE: Solicitação de parecer escrito sobre o Projeto de Resolução n.º 14/XIII (PS) - "Medidas de incentivo à formação e à descarbonização no setor do táxi"

Exmos senhores,

Considerando que nos tempos atuais, a formação adquire cada vez mais importância no que concerne a uma maior qualidade na prestação de serviços, sendo obrigatória na carreira de um taxista. Considerando os gastos financeiros inerentes para a profissão, considerando a importância da diminuição dos níveis de poluição do planeta, bem como os elevados custos da aquisição de equipamentos elétricos, considero ser de vital importância que participe em 50% os gastos referentes ao curso de formação inicial para motorista de táxi; Proceda à redução das taxas aplicáveis aos motoristas de táxi, previstas no ponto V – Transporte em táxi, do anexo da Portaria n.º 35/2024, de 27 de junho de 2024; Reforce e desburocratize os incentivos financeiros existentes no âmbito da mobilidade elétrica, bem como disponibilize pontos de carregamento para veículos elétricos nas praças de táxis dos concelhos do arquipélago dos Açores; Diligencie uma campanha de sensibilização e esclarecimento relativa aos benefícios da utilização de veículos menos poluentes e mais sustentáveis.

Com os melhores cumprimentos

António Ramos

---

**De:** Rui Silva <[rsilva@alra.pt](mailto:rsilva@alra.pt)>

**Enviado:** 8 de outubro de 2024 10:43

**Para:** antonio ramos <[oceano1965@live.com.pt](mailto:oceano1965@live.com.pt)>

**Assunto:** Solicitação de parecer escrito sobre o Projeto de Resolução n.º 14/XIII (PS) - "Medidas de incentivo à formação e à descarbonização no setor do táxi"

Exmo. Senhor

Presidente da ATSJ – Associação de Táxis de São Jorge,

Encarrega-me o Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia, Senhor Deputado Paulo Simões, de remeter a V. Exa. o ofício e iniciativa regional sobre o assunto em referência.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Silva

Coordenador Técnico

Departamento de Atividade Parlamentar

Assembleia Legislativa da R.A. Açores

Rua Marcelino Lima – 9901-858 Horta

Tlf. +351 292207666

 [www.alra.pt](http://www.alra.pt)



**AVISO DE CONFIDENCIALIDADE:** Esta mensagem, assim como os ficheiros eventualmente anexos, é confidencial e reservada apenas ao conhecimento da(s) pessoa(s) nela indicada(s) como destinatária(s). Se não é o seu destinatário, solicitamos que não faça qualquer uso do respetivo conteúdo e proceda à sua destruição, notificando o remetente.

**LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE:** A segurança da transmissão de informação por via eletrónica não pode ser garantida pelo remetente, o qual, em consequência, não se responsabiliza por qualquer facto suscetível de afetar a sua integridade.

**CONFIDENTIALITY NOTICE:** This message, as well as existing attached files, is confidential and intended exclusively for the individual(s) named as addressees. If you are not the intended recipient, you are kindly requested not to make any use whatsoever of its contents and to proceed to the destruction of the message, thereby notifying the sender.

**DISCLAIMER:** The sender of this message can not ensure the security of its electronical transmission and consequently does not accept liability for any fact which may interfere with the integrity of its content.

ATP – Associação Taxistas do Pico  
Largo Cardeal Costa Nunes  
9950-323 Madalena  
Ilha do Pico – Açores



Madalena, 14 de outubro de 2024

Exmo. Sr. Paulo Simões,

A ATP – Associação Taxistas do Pico - vem por este meio apresentar o seu parecer sobre o Projeto de Resolução n.º 14/XIII (PS), intitulado “Medidas de incentivo à formação e à descarbonização no setor do táxi”, atualmente em apreciação pela Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Após uma análise atenta das propostas e recomendações delineadas pelo Partido Socialista, a ATP considera que as medidas apresentadas são pertinentes e refletem preocupações legítimas em relação ao desenvolvimento sustentável e à modernização do setor do táxi nos Açores.

Assim, a ATP manifesta total concordância com as recomendações propostas, considerando que elas não apenas irão melhorar as condições de trabalho dos motoristas de táxi, mas também contribuirão para a promoção de uma mobilidade mais sustentável e eficiente na Região Autónoma dos Açores.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais que possam ser necessários.

Atenciosamente,

ATP - Associação Taxistas do Pico